

Atos do Governador

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO, EM DATA DE ONTEM:

PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no exercício da competência prevista no art. 90, inciso XXV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 45, inciso I, c/c o art. 60, ambos da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, sob os fundamentos do Despacho Administrativo em Recurso Disciplinar/Protocolo 2019000688, nega provimento ao recurso interposto pelo n. 122.119-1, 2º Sgt PM Alison Marques Vieira, do 40º BPM/2º RPM, mantendo a aplicação da sanção disciplinar, a qual redundou em não punir, em razão do saldo positivo de pontos do recorrente, aplicada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais em 23 de outubro de 2019, no bojo da Sindicância Administrativa Disciplinar 115.435/18-SCPM/2º RPM, pela prática da conduta prevista no art. 14, inciso II, da Lei nº 14.310/2002.

no exercício da competência prevista no art. 90, inciso XXV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 45, inciso I, c/c o art. 60, ambos da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, sob os fundamentos do Despacho Administrativo em Recurso Disciplinar/Protocolo 2019000687, nega provimento ao recurso interposto pelo n. 122.119-1, 2º Sgt PM Alison Marques Vieira, do 40º BPM/2º RPM, mantendo a aplicação da sanção disciplinar, a qual redundou em não punir, em razão do saldo positivo de pontos do recorrente, aplicada pelo Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, em 23 de outubro de 2019, no bojo da Sindicância Administrativa Disciplinar Portaria de n. 115.469/18-SCPM/2º RPM, pela prática da conduta prevista no art. 14, inciso II, da Lei nº 14.310/2002.

no exercício da competência prevista no artigo 90, inciso XXV, da Constituição do Estado, acompanhando os fundamentos do Ofício nº 699 e da Nota Jurídica nº 25, constantes do processo SEI nº 1630.01.0001695/2020-38, em atenção ao Acórdão proferido em 01.08.2017 pela 1ª Câmara Cível do TJMG, nos autos do Mandado de Segurança nº 5041398-15.2009.8.13.0024, transitado em julgado na data de 20.10.2017, e ainda com base nos princípios da legalidade e da isonomia, indefere o Requerimento Administrativo apresentado pelo Sr. Emerson Martins da Silva, Ex-Cabo PM, Masp. 154.969-9.

DESPACHO ADMINISTRATIVO EM REQUERIMENTO:

no exercício das atribuições previstas no art. 90, inciso XXV, da Constituição do Estado e na conformidade com o disposto no artigo 223, § 4º da Lei n. 5.301, de 16 de outubro de 1969, em face do recurso apresentado pelo n. 130.888-1, 2º Sargento PM QPPM Kelly Kelly Cantoni, apresenta seu inconformismo com relação ao indeferimento de sua promoção a 2º Tenente PM, por Necessidade do Serviço, no ano de 2019, por ocasião da formatura do Curso Superior de Tecnologia de Gestão em Segurança Pública, com ênfase em Defesa Social (CSTGSP/CHO) em 2019.

I - A requerente frequentou e concluiu com aproveitamento o CSTGSP/CHO, com início em 30 de julho de 2018 e término em 26 de julho de 2019. Deixou de ser promovida, no entanto, junto com seus colegas de turma por encontrar-se impedida, nos termos do artigo 203, inciso III, da Lei nº 5.301, de 16 de outubro de 1969, que contém o Estatuto dos Militares de Minas Gerais (EMEMG), conforme publicado no Boletim Geral da Polícia Militar (BGPM) nº 57, de 30 de julho de 2019.

II - Em razão disso, por força do §12 do artigo 13 do EMEMG passou a graduação de Praça Especial (Aluno PM) para sua graduação anterior (2º Sargento PM).

III - Foi submetida ao processo administrativo de caráter demissionário de Portaria nº 110.998-PAD/APM, por conduta que se enquadrou no artigo 64, inciso II, da Lei nº 14.310, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina Militares do Estado de Minas Gerais (CEDM) que teve a solução publicada no Boletim Interno do CAE/APM de nº 45, de 16 de dezembro de 2019, cuja sanção imposta foi diversa da demissão (Suspensão), conforme enquadramento no artigo 13, inciso I do CEMD, com ativação em 10 de janeiro de 2002.

IV - Nos termos do §2º do artigo 186 do EMEMG, a graduada será possuidora do requisito de idoneidade moral dois anos após o término do cumprimento da sanção disciplinar imposta em decorrência da submissão ao PAD nº 110.998-PAD/APM, se não houver outro impedimento.

V - Em análise do recurso administrativo interposto ao Governador do Estado, a Advocacia Geral do Estado (AGE), através da nota jurídica n. 14/2020 do processo de número 1250.01.0002566/2020-23, opina desfavoravelmente a promoção da peticionária, a 2º Tenente PM, por Necessidade do Serviço, no ano de 2019.

Em face do exposto, nos termos do art. 223 da Lei n. 5301/69, aceita a conclusão da nota jurídica da Advocacia Geral do Estado e INDEFERE o presente recurso.

PELA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

no exercício da competência prevista no art. 90, inciso II, da Constituição do Estado, e da Lei Complementar nº 129, em cumprimento ao Acórdão prolatado nos autos do Agravo de Instrumento nº 1.0024.14.055987-3/003, transitado em julgado em 01.10.2019, suspenso o ato publicado em 14.05.2014, no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, que exonerou o Sr. ELCIO CARLOS DA SILVA, Masp. 109343, do cargo de Investigador de Polícia, Nível I, da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais.

Pelo Conselho Estadual de Trânsito

nomeia, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, do Decreto nº 43.763, de 12 de março de 2004, e da Resolução nº 688, de 15 de agosto de 2017, do Conselho Nacional de Trânsito, o representante abaixo relacionado como membro junto ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN:

Pelo Poder Executivo Estadual:
POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS
CLAUDIO ENDERSON SAMPAIO, em substituição a MARCONE PINHEIRO DUARTE, Titular.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Pela Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais

no uso de suas atribuições, designa RODRIGO BICALHO POLIZZI, MASP 1.130.651-1, titular do cargo de provimento em comissão de Diretor, para responder pela Diretoria-Geral da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais, no período de 09/10/2020 a 16/10/2020.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual:
SRE Januária
Miravânia
62898 - EE Dona Maria Carlos da Mota
- MASP 547079-4, ELZENICE GOMES DOURADO, PEBIA-adm. 4, DIV, a contar de 15/8/2020, para regularizar situação funcional.

exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, do cargo em comissão de Diretor de Escola Estadual:
SRE Teófilo Otoni
Fronteira dos Vales
146714 - EE de Pampã
- MASP 638581-9, ADAILTON RODRIGUES DA SILVA, ATBIII-ADM 1 e PEBDIA-adm 3, DIV, a contar de 14/08/2020.

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 47.722,

de 27 de setembro de 2019, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a TOMAZ DUARTE MOREIRA, MASP 752798-9, a gratificação temporária estratégica GTED-3 SU1100513 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a contar de 14/10/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de setembro de 2019, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a HENRIQUE ARAUJO PACHECO, MASP 1204756-9, a gratificação temporária estratégica GTED-4 SU1100145 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, TOMAZ DUARTE MOREIRA, MASP 752798-9, do cargo de provimento em comissão DAD-5 SU1100650 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a contar de 14/10/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, HENRIQUE ARAUJO PACHECO, MASP 1204756-9, do cargo de provimento em comissão DAD-6 SU1100200 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa CRISTINA LOPES TASSINI, MASP 866258-7, da função gratificada FGD-8 SU1100157 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, a contar de 01/10/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, PATRICIA BEATRIZ NATALIO BORGES ABATE, MASP 1147808-8, para o cargo de provimento em comissão DAD-6 SU1100200, de recrutamento amplo, para dirigir a Diretoria de Implementação e Monitoramento da Política de Educação Profissional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, atribui a PATRICIA BEATRIZ NATALIO BORGES ABATE, MASP 1147808-8, diretora da Diretoria de Implementação e Monitoramento da Política de Educação Profissional, a gratificação temporária estratégica GTED-4 SU1100145 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, atribui a PATRICIA BEATRIZ NATALIO BORGES ABATE, MASP 1147808-8, diretora da Diretoria de Implementação e Monitoramento da Política de Educação Profissional, a gratificação temporária estratégica GTED-4 SU1100145 da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, revoga o ato que atribuiu, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 45.537, de 27 de setembro de 2019, e nº 44.485, de 14 de março de 2007, a JOSÉ FÁBIO PIAZZA JÚNIOR, MASP 1078090-6, a gratificação temporária estratégica GTED-4 JD1100637 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, LEONARDO MATTOS ALVES BADARÓ, MASP 11706520, do cargo de provimento em comissão DAD-6 JD1100094 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, a contar de 06/10/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, JOSÉ FÁBIO PIAZZA JÚNIOR, MASP 1078090-6, do cargo de provimento em comissão DAD-7 JD1100025 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, JOSÉ FÁBIO PIAZZA JÚNIOR, MASP 1078090-6, para o cargo de provimento em comissão DAD-7 JD1100316, de recrutamento limitado, para dirigir o Complexo Penitenciário Nelson Hungria da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, RODRIGO SILVA PIMENTEL, MASP 1153707/3, para o cargo de provimento em comissão DAD-7 JD1100025, de recrutamento amplo, para dirigir o Complexo Penitenciário de Parceria Privada da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

no uso de suas atribuições, designa SAULO VINICIO DE CASTRO, MASP 12109690, titular do cargo de provimento em comissão DAD-4 JD1102933, para responder pelo Presídio de Bom Sucesso da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no período de 27/04/2020 a 16/09/2020, para regularizar situação funcional.

no uso de suas atribuições, designa ULISSES DE OLIVEIRA SIMÕES, MASP 12420204, titular do cargo de provimento em comissão DAD-5 JD1100121, para responder pela Penitenciária de Três Corações da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, no período de 24/04/2020 a 16/09/2020, para regularizar situação funcional.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, atribui a JOSÉ FÁBIO PIAZZA JÚNIOR, MASP 1078090-6, diretor do Complexo Penitenciário Nelson Hungria, a gratificação temporária estratégica GTED-4 JD1100691 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e dos Decretos nº 44.485, de 14 de março de 2007 e nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, atribui a RODRIGO SILVA PIMENTEL, MASP 1153707/3, diretor do Complexo Penitenciário de Parceria Privada, a gratificação temporária estratégica GTED-4 JD1100637 da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

no uso de suas atribuições, designa ILMAR SOARES DA SILVA, MASP 388711-4, titular do cargo de provimento em comissão DAD-6 MD1101026, para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Triângulo Mineiro da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 13/10/2020 a 26/10/2020.

no uso de suas atribuições, designa FLÁVIO AUGUSTO AQUINO, MASP 133995-1, titular do cargo de provimento em comissão DAD-8 MD1100470, para responder pela Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 13/10/2020 a 18/10/2020.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

no uso de suas atribuições, designa DANIELA SOUZALIMA CAMPOS, MASP 1081865-6, titular do cargo de provimento em comissão DAD-5 SA1100288, para responder pela Superintendência de Atenção Primária à Saúde da Secretaria de Estado de Saúde, no período de 13/10/2020 a 03/11/2020.

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO

no uso de suas atribuições, torna sem efeito o ato publicado em 25/08/2020, pelo qual GILDA RODRIGUES ROCHA, MASP 1327090-5, foi designada para a função gratificada FGD-3 ED1100085 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, a pedido, nos termos do art. 106, alínea "a", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, BRUNA MOREIRA DIAS, MASP 1478674-3, do cargo de provimento em comissão DAD-4 ED1100923 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 02/10/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, exonera, nos termos do art. 106, alínea "b", da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, ANGELA RAGAZZI SANTELLO, MASP 1320115-7, do cargo de provimento em comissão DAD-3 ED1100339 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa CONCEIÇÃO APARECIDA BARBOSA MOREIRA, MASP 983742-8, da função gratificada FGD-4 ED1100901 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa ANDREA CRISTINA PEREIRA FERNANDES, MASP 1401061-5, da função gratificada FGD-4 ED1100919 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa APARECIDA DUQUE MARQUES BERGO, MASP 1397141-1, da função gratificada FGD-4 ED1100769 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa JUSSARA REGINA DIAS PEREIRA, MASP 1353420-1, da função gratificada FGD-1 ED1100383 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa TEREZINHA SANTOS PARREIRA, MASP 334687-1, da função gratificada FGD-5 ED1101410 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 04/09/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa WILMA MARIA ALANE SOUZA, MASP 277978-3, da função gratificada FGD-4 ED1100591 da Secretaria de Estado de Educação, a contar de 7/9/2020.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa PEDRO HENRIQUE COSTA PINTO, MASP 752870-6, da função gratificada FGD-5 ED1100726 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, dispensa RODRIGO AZEVEDO MARTINS, MASP 1420612-2, da função gratificada FGD-3 ED1100082 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, ANDREA CRISTINA PEREIRA FERNANDES, MASP 1401061-5, para o cargo de provimento em comissão DAD-3 ED1100339, de recrutamento limitado, da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, MARIELLE DIAS DO PRADO RESENDE, MASP 1318190-4, para o cargo de provimento em comissão DAD-8 ED1100119, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º, do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, nomeia, nos termos do art. 14, II, da Lei nº 869, de 5 de julho de 1952, e tendo em vista a Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011, e o Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, THAMARA CAIRES MATOSO, MASP 1369012-8, para o cargo de provimento em comissão DAD-4 ED1100923, de recrutamento amplo, da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, CELSIANE SILVA OLIVEIRA MULLER, MASP 1398883-7, para a função gratificada FGD-4 ED1100769 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, ANGELA RAGAZZI SANTELLO, MASP 1320115-7, para a função gratificada FGD-5 ED1101410 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, MARIA NATALIA TEIXEIRA GAMBOSI, MASP 1429101 / 7, para a função gratificada FGD-1 ED1100383 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, SONIA MARIA FONSECA, MASP 1342892-5, para a função gratificada FGD-3 ED1100085 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, RODRIGO AZEVEDO MARTINS, MASP 1420612-2, para a função gratificada FGD-5 ED1100726 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, PEDRO HENRIQUE COSTA PINTO, MASP 752870-6, para a função gratificada FGD-3 ED1100082 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, JUSSARA REGINA DIAS PEREIRA, MASP 1353420-1, para a função gratificada FGD-4 ED1100919 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, GILSON DIVINO SANTOS, MASP 1298392-0, para a função gratificada FGD-4 ED1100591 da Secretaria de Estado de Educação.

usando da competência delegada pelo art. 1º do Decreto nº 47.610, de 1º de janeiro de 2019, designa, nos termos da Lei Delegada nº 182, de 21 de janeiro de 2011 e do Decreto nº 47.722, de 27 de setembro de 2019, HELENO MENDES LACERDA, MASP 1235804-0, para a função gratificada FGD-4 ED1100901 da Secretaria de Estado de Educação.

ATOS ASSINADOS PELO SENHOR SECRETÁRIO DE ESTADO DE GOVERNO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, EM DATA DE ONTEM:

PELA SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

coloca, nos termos dos art. 13, III, e art. 15 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG, de 30/05/2019 a 31/12/2020, com ônus para o cessionário, conforme Convênio de Cooperação Técnica nº 39/2020, para regularizar situação funcional:
CANDIDO ALOISIO DE CARVALHO/ MASP 379466-6/ ASO/ I I.

coloca, nos termos dos art. 13, III, e art. 15 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social à disposição da SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG, de 30/05/2019 a 31/12/2020, com ônus para o cessionário, conforme Convênio de Cooperação Técnica nº 47/2020, para regularizar situação funcional:
FERNANDO DE ASSIS LOPES/ MASP 262774-3/ ASO/ I I.

coloca, nos termos dos art. 13, III, e art. 15 do Decreto nº 47.558, de 11 de dezembro de 2018, o servidor abaixo relacionado lotado na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social à disposição do INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA - IMA, em prorrogação, de 01/01/2018 a 31/12/2020, com ônus para o cessionário, conforme Convênio de Cooperação Técnica nº 28/2020, para regularizar situação funcional:
ELMO DA SILVA MONTEIRO/ MASP 901051-3/ ANGPD/ III G.

14 1408809 - 1

Comitê Extraordinário COVID-19

Presidente: Carlos Eduardo Amaral Pereira da Silva

DELIBERAÇÃO DO COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19 Nº 93, DE 14 DE OUTUBRO DE 2020.

Autoriza o retorno gradual e seguro da prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial que especifica, enquanto durar o estado de CALAMIDADE PÚBLICA em todo o território do Estado.

O COMITÊ EXTRAORDINÁRIO COVID-19, no exercício de atribuições que lhe confere o art.

2º do Decreto nº 47.886, de 15 de março de 2020, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, no Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, no Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, e nas Resoluções da Assembleia Legislativa nº 5.529, de 25 de março de 2020, e nº 5.554, de 17 de julho de 2020,

DELIBERA:

Art. 1º – Esta deliberação dispõe sobre a autorização do retorno gradual e seguro da prestação de serviço médico-hospitalar e ambulatorial que especifica, enquanto durar o estado